

**LEI Nº 3.270, DE 08 DE AGOSTO DE 2013.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO  
ADICIONAL SUPLEMENTAR AO  
ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE  
ALEGRE.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **APROVOU** e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo autorizado, abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Alegre, para o exercício de 2013, de acordo com o disposto no Art. 40, 41, 42 e 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de até R\$ 230.241,20 (duzentos e trinta mil, duzentos e quarenta e um reais e vinte centavos) através da seguinte dotação:

006	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
006001	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
006001.15	Urbanismo	
006001.15452	Serviços urbanos	
006001. 154520048	Manutenção dos serviços de infraestrutura urbana e rural	
006001. 154520048.2.175	Destinação final adequada para resíduos sólidos	
006001. 154520048.2.175.449052000	Equipamentos e Material Permanente	230.241,20

**Art. 2º** – Serão utilizados como fonte de recursos para fazer face a abertura de crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei o excesso de arrecadação com as receitas provenientes do Convênio firmado entre o Município de Alegre e a FUNASA, conforme Parecer Consulta TCEES 028/2004, conforme disposto:

I – Recurso do Convênio – nº 0611/2011 no valor de R\$ 230.241,20 (duzentos e trinta mil, duzentos e quarenta e um reais e vinte centavos), firmado entre o Município de Alegre e a Fundação Nacional da Saúde – FUNASA destinado à aquisição de equipamentos para a correta destinação dos resíduos sólidos do Município de Alegre-ES.

**Art. 3º** – O objeto do convênio mencionado nesta Lei refere-se à aquisição de equipamentos para a correta destinação dos resíduos sólidos do Município de Alegre-ES.

**Art. 4º** – Fica dispensada a apresentação de impacto orçamentário e financeiro a que se refere o § 5º, do art. 17, da Lei Complementar nº. 101/2000, por se tratar de despesa custeada com recursos específicos do convênio e de dotações consignadas no orçamento.

**Art. 5º** – Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente lei em vigor na data de sua publicação.

Alegre (ES), 08 de agosto de 2013.

**PAULO LEMOS BARBOSA**  
\_\_\_\_\_  
**Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.